



**CI – 680 - SMS**

**De:** Secretaria de Saúde / Departamento Administrativo

**Para:** Secretaria de Administração e Logística

**Assunto:** Resposta recurso Administrativo Chamamento 18/2022

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 18/2022 FMS**

**PROCESSO Nº 18/2022 FMS**

**Recurso Administrativo**

**Recorrente: Instituto Brasileiro de Saúde, Ensino, Pesquisa e Extensão para o Desenvolvimento Humano - IBSAÚDE**

O Recorrente inconformado com a decisão que habilitou a concorrente Instituto CHC, apresentou recurso administrativo.

E, síntese aduz que:

- 1) A OS Instituto CHC descumpriu com o item 4.1.6.1, alínea b, pois não 'acostou a ata de eleição e posse de seu Conselho de Administração, juntamente com os demais documentos apresentados';
- 2) Que a formação do Conselho de Administração da OS Instituto CHC não cumpre ao disposto no art.3º, inciso I, Lei 9.637/98, bem como com a Lei Municipal nº 3.577/2021

O presente recurso é tempestivo, pois, interposto dentro do prazo legal.

No que tange aos argumentos a recorrente falta com a verdade ao dizer que a concorrente Instituto CHC não apresentou ata de eleição e posse do Conselho de Administração. Sim, esse apresentou e os documentos foram analisados pelos demais presentes, tanto que naquele dia mesmo a recorrente manifestou-se pela impugnação quanto a formação do Conselho.





Já quanto a formação do Conselho com base na Lei Federal e Municipal, esta Comissão já respondeu o questionamento da recorrente, após análise dos documentos e também da legislação que norteia sua obrigatoriedade, de que o Instituto CHC cumpriu com todos os requisitos necessários para habilitação.

Novamente ressaltar, que não somente agora quando do certamente, mas anteriormente quando de sua qualificação, o Instituto CHC já havia apresentado todos os documentos necessários e comprobatórios que atestam sua formação conforme a Lei 9.637/98, tendo assim se qualificado como OS junto ao município

de Navegantes, em conformidade com a Lei nº 3.577/2021 (Regulamentada pelo Decreto nº 360/2021), a qual usa os mesmos parâmetros dispostos na Lei 9.637/98.

Abaixo, síntese da resposta inicial da OS Instituto CHC que segundo o recorrente deu azo ao presente recurso administrativo.

#### **Estatuto CHC**

Art. 16º - São órgãos da Administração da Associação CHC de Administração e Assistência Hospitalar:

- I - Assembleia Geral;
- II - Conselho de Administração;
- III - Diretoria;
- IV - Conselho Fiscal

#### **Lei 9.637/98**

##### **Art. 3º, I**

- a) Sra. Jocely Quadros Gabriel, brasileira divorciada, professora pública estadual, aposentada;
- b) Luis Fernando Pires, brasileiro, médico, representante inscrito no CRM sob nº 14.588; Andressa Bobato Andrade, brasileira, casada, advogada, representante inscrita na OAB/SC sob nº 22.161;
- c) Thaisa Dutra Regis Pires, brasileira, casada, empresária, formação superior em Administração, representante do CRA;
- d) Waldinei Ramos, brasileiro, solteiro, contador devidamente registrado no CRC/SC, o qual possui mais de 10 anos de experiência contábil junto a empresas médicas e de saúde em geral no Médio e Alto Vale do Itajaí;
- e) Alana Grassi Rossato Mallmann, brasileira, casada, formação superior em administração, representante do CRA;

##### **Art. 3º, II**

O estatuto da CHC prevê expressamente

*Art. 23º - O Conselho de Administração será estruturado respeitando os critérios básicos dispostos no artigo 3º da lei nº 9637/98, sem prejuízo de alterações a serem estabelecidas em regimento interno.*

##### **Art. 3º, III**

Funcionário Público, representantes do CRM, OAB, CRC e CRA.

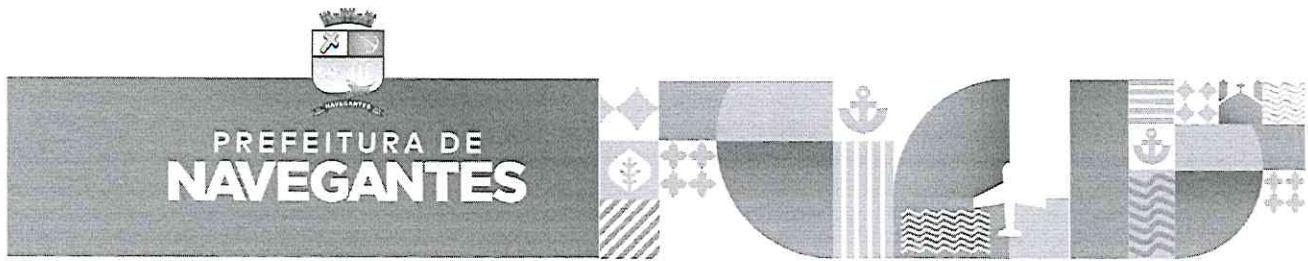
##### **Art. 3º, IV**

Anexa ATA de 07/03/2022:

*"a Diretoria e o Conselho fiscal, foram eleitos e empossados nesta mesma data, com mandato de 2 (dois) anos..."*







**Art. 3º, V, VI, VII e VIII**  
Estatuto da CHC

*Art. 24 – Ao Conselho de Administração compete conforme disposto no art.4º da Lei 9637/98, dentre outras.*

Ou seja, o funcionamento do mesmo quanto a poder de voto e todos os demais itens são dispostos em obediência a Lei.

Para dirimir qualquer controvérsia quanto a análise e a forma em que se baseou a decisão desta comissão de habilitar o Instituto CHC, é importante esclarecer o seguinte.

Quanto a forma como se deu a redação da ata de nº 01/2022 do Instituto CHC não cabe a esta administração qualquer ingerência, uma vez que diz respeito a assunto *interna corporis* da mesma e seu formato mereceu atenção especial do Cartório de Registro. Aliás, foram checadas uma a uma das qualificações e não há qualquer apontamento de irregularidade.

No que concerne as porcentagens para formação do Conselho, tem-se que a regra simples da matemática no caso de números decimais é a seguinte:

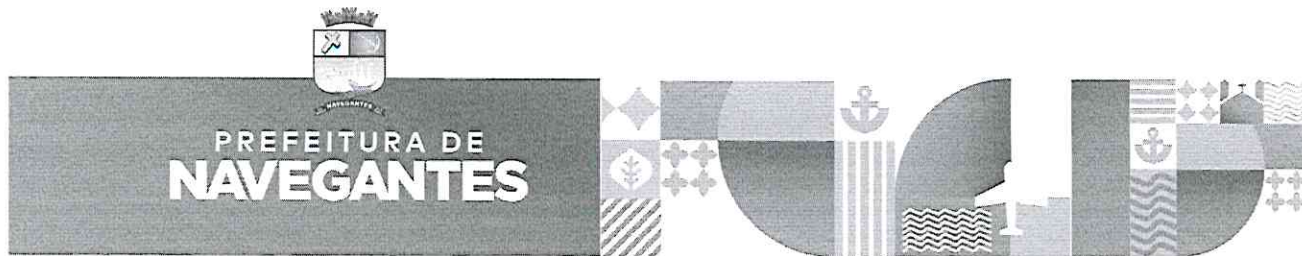
“O processo de arredondar números decimais é muito parecido com o de arredondar números inteiros: basta localizar a casa decimal para a qual você precisa arredondar e depois observar o algarismo à direita. Se ele for igual ou maior que cinco, arredonda-se para cima. Se for menor que cinco, arredonda-se para baixo.”

Logo, segundo regra geral, 16,6% corresponde a 20%, 33,33% corresponde a 30%, e no que tange a 10% o número máximo, ainda que o resultado foi de 16,6%, esse corresponde a 01 pessoa, não podendo ser atendido de outra forma.

Mas não alheio aos argumentos da recorrente, buscamos amparo legal no que tange ao assunto da formação dos conselhos de administração, e segundo entendimento doutrinário, essa imposição é contrária as disposições constitucionais. Ainda, de que Estados e Municípios não se atentaram ao fato de que Lei 9.637/98 foi criada por conta da extinção e órgãos federais, o que não é o caso de estados e municípios. Isto por si só deveria servir como base para que os legisladores municipais adequassem suas normas, e não copiassem o dispositivo federal em sua totalidade. À exemplo do que fez o Estado de São Paulo, no qual por exemplo a formação não exige membros representantes do Poder Público.

Naquele Estado por exemplo, a Congregação das Irmãs Marcelinas gerência uma grande quantidade de unidades de saúde, e se caso a Lei Federal fosse aplicada, não poderiam





fazê-lo, pois não possuem as Irmãs Marcelinas nenhum membro em sua congregação/associação figurando como funcionárias públicas.

Claro que temos a discussão acerca do edital e da lei municipal, mas sob outro ângulo, estaríamos ferindo os dispositivos constitucionais do Art.37.

Logo, as duas premissas maiores para a Administração Pública sempre foi a da ampla concorrência e do menor preço.

No que tange ao vínculo ao edital, novamente dizer que a OS CHC apresentou toda documentação pertinente, e que não há em seu estatuto ou ata motivo que ensejem sua desqualificação.

Portanto, demonstrada a obediência a Lei Municipal nº 3.577/2021 (Regulamentada pelo Decreto nº 360/2021), a qual usa os mesmos parâmetros dispostos na Lei 9.637/98, não há que se falar em inabilitação da organização social Instituto CHC.

Pelas razões aqui expendidas, decido conhecer do recurso, para no mérito negar-lhe provimento, e manter a organização social Instituto CHC habilitada.

Navegantes, 10 de junho de 2022.

Comissão de Seleção:

Camila Porfírio Porto Cabral *Camila Porto Cabral*

Michelle Christine Bosi *Michelle Christine Bosi*

